RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Segunda-Feira, 09 de Novembro de 2026

# A falsa solução da violência

**LUCIANA ZAMPRONI**

A reflexão sobre a violência doméstica exige sensibilidade e responsabilidade, especialmente quando se trata das alternativas apresentadas à mulher em situação de vulnerabilidade.

Na série “Bom Dia, Verônica”, observa-se uma situação emblemática em que uma escrivã sugere a uma mulher vítima de violência doméstica que envenene o próprio marido como forma de solução. Essa abordagem evidencia um grave problema: a indução de uma vítima, já fragilizada psicologicamente, a adotar uma resposta violenta.

A mulher que sofre violência doméstica, em regra, está sob intenso impacto emocional e psicológico. Medo, insegurança, dependência afetiva e até distorções de percepção são elementos comuns nesse contexto. Nesse cenário, sua capacidade de tomar decisões seguras e racionais encontra-se comprometida. Incentivá-la a reagir com violência não representa proteção, mas sim a exposição a um risco ainda maior.

Ao invés de romper o ciclo da violência, esse tipo de orientação pode agravá-lo, colocando a vítima em situação de maior perigo, além de expô-la a consequências jurídicas severas. Trata-se de substituir uma situação de vulnerabilidade por outra ainda mais grave e potencialmente irreversível.

Da mesma forma, a ideia de que o acesso a armas poderia representar uma solução para a mulher vítima de violência doméstica também não se sustenta na prática. O manuseio de uma arma exige preparo técnico, equilíbrio emocional e condições de segurança que, em regra, não estão presentes em relações abusivas. Em muitos casos, o agressor possui maior domínio físico e psicológico, o que pode resultar no uso da arma contra a própria vítima.

A proteção efetiva da mulher passa por caminhos institucionais e estruturais: o acesso à denúncia, a concessão de medidas protetivas, o fortalecimento das redes de apoio, o acompanhamento psicológico e a atuação eficiente do Estado. A Lei Maria da Penha foi concebida justamente para oferecer mecanismos de proteção que não dependam da reação violenta da vítima.

Portanto, a arma não é instrumento de libertação nesse contexto. A mulher não deve ser colocada na posição de reagir com violência para sobreviver. O caminho mais seguro é aquele que prioriza a preservação da vida, da integridade física e da dignidade, por meio de suporte adequado e políticas públicas eficazes.

**Luciana Zamproni** é advogada.